COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE LEI Nº 5.635, DE 2005

Regulamenta a profissão de
Protesista / Ortesista.

Autor: Deputado ONYX LORENZONI

Relator: Deputado FELIPE MAIA

I - RELATÓRIO

Cuida-se de projeto de lei, de autoria do Deputado Onyx Lorenzoni, que regulamenta a profissão de Protesista / Ortesista.

Na justificação, o autor afirma que a atividade dos protesistas/ortesistas já é uma realidade nacional, em especial a partir da publicação da resolução nº 192 da ANVISA.

O signatário ressalta ainda a necessidade de especialização dos referidos profissionais e que a regulamentação da profissão de Protesista/Ortesista torna-se necessária e urgente, como forma de resguardar os direitos e os salários da categoria, que ainda não dispõe de regras definidas.

Na Comissão de Seguridade Social e Família (CSFF), foi apresentado substitutivo para o aperfeiçoamento da proposição, em especial:

a) a definição da formação profissional da categoria em questão como de técnico de nível médio, especialmente porque será o médico ou o profissional de saúde de nível superior devidamente habilitado que indicará o “aparelho ou peça”.

b) a definição mais precisa das competências e das atribuições cometidas aos profissionais em questão.

c) a correção da denominação para “protesista / ortesista **ortopédico**”.

d) a considerações sobre a integração e subordinação aos profissionais de nível superior, integrantes da equipe de reabilitação. Dessa forma, ao protesista e ao ortesista cabe, tão somente, a confecção do aparelho ortopédico, mediante a prescrição do profissional devidamente habilitado – os médicos e os fisioterapeutas

Ainda, na CSFF, o Deputado Nazareno Fonteles apresentou voto em separado, alegando que:

a) nem o projeto de lei, nem o substitutivo estabelecem a que categoria profissional de nível superior, o protesista / ortesista ortopédico estaria subordinado, de modo que não está claro que órgão seria responsável pela fiscalização do exercício profissional.

b) não há oferta de cursos públicos em Escolas Técnicas do SUS, de modo que a formação profissional ficaria restrita à iniciativa privada.

c) ao criar a obrigação de que as competências definidas como próprias de protesistas e ortesistas só possam ser desempenhadas por quem detenha o almejado título, a proposição ignora a realidade de grande parte dos hospitais e ambulatórios do País, como, por exemplo, a situação de pessoas que atuam sem títulos como gesseiros, confeccionando moldes gessados para correções ortopédicas e outras.

Em seguida, a proposição tramitou pela Comissão do Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP), onde foi aprovada na forma do Substitutivo da CSSF, com duas subemendas, nos termos do parecer da relatora, Deputada Flávia Morais, que apresentou complementação de voto. A Deputada Gorete Pereira apresentou voto em separado, no seguinte sentido:

1) no § 2º do art. 1º do projeto, para determinar que o Terapeuta Ocupacional, assim como Médico e o Fisioterapeuta, também poderá prescrever a prótese ou a órtese realizada pelo Protésista/Ortesista Ortopédico. Na redação atual, esta prerrogativa caberia também a um substituto igualmente habilitado, sem nominar qual seria esse profissional, na falta daqueles;

2) no inciso III do art. 4º, para suprimir a expressão “quando o caso fugir à rotina habitual”, tendo em vista que ela nada acrescenta ao significado da atribuição; pelo contrário, confunde a clareza do texto anterior relativa à atribuição do Protésista/Ortesista Ortopédico.

Já as duas subemendas aprovadas na CTASP dão nova redação ao § 2º do art. 1º e ao inciso III do art. 4º, ambos do Substitutivo da CSSF.

A matéria foi arquivada ao término da legislatura passada, nos termos do art. 105 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, e desarquivada, a pedido do autor, no início desta nova legislatura.

Nesta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, durante o prazo regimental, não foram apresentadas emendas ao projeto.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Em conformidade ao que dispõe o artigo 32, IV, “a”, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, cumpre a esta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania pronunciar-se acerca da constitucionalidade, da juridicidade e da técnica legislativa das proposições, que tramitam, em regime ordinário e estão sujeitas à apreciação conclusiva pelas Comissões (art. 24, II, RICD).

Trata-se de matéria pertinente à competência legislativa da União (art. 22, XI, CF) e às atribuições normativas do Congresso Nacional (art. 48, *caput*, CF). Não havendo reserva de iniciativa sobre o tema, revela-se legítima sua apresentação por parte de parlamentar, de acordo com a competência geral prevista no art. 61, *caput*, do Texto Constitucional.

Verificado o atendimento aos requisitos constitucionais formais, parecem igualmente inatingidos pelas proposições quaisquer dispositivos materialmente constitucionais, não havendo vícios de inconstitucionalidade a apontar. Ao contrário, as proposições vão ao encontro do direito fundamental à saúde, que se encontra inscrito em diversos dispositivos da Constituição Federal, em especial nos arts. 6º; 23, II; 24, XII; 196 e seguintes.

Por fim, no que concerne à juridicidade e à técnica legislativa, as proposições não apresentam defeitos e se enquadram nos moldes do que recomenda a Lei Complementar n.º 95, de 26 de fevereiro de 1998, alterada pela Lei Complementar n.º 107, de 26 de abril de 2001.

Feitas essas considerações, **votamos pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do PL nº 5.635, de 2005; do Substitutivo da Comissão de Seguridade Social e Família ao Projeto de Lei nº 5.635, de 2005; e das duas subemendas ao Substitutivo da Comissão de Seguridade Social e Família aprovadas na Comissão de Comissão do Trabalho, de Administração e Serviço Público.**

Sala da Comissão, em de de 2015.

Deputado FELIPE MAIA
Relator